

Crise tem prazo, falta solução

O Palácio do Planalto trabalha com o prazo de hoje, no máximo amanhã, para aplacar os efeitos da briga entre Jader Barbalho e Antonio Carlos Magalhães. A avaliação do governo é que a estabilidade política pode sim ser posta em sério risco, caso não se encontre uma saída e com certa urgência. O problema é que até ontem à tarde só havia essa decisão, faltando definir ainda o principal: a solução.

As cabeças mais frias – na verdade todas, à exceção das de Jader e ACM – buscavam uma forma de circunscrever a crise às searas dos personagens que deram origem a ela para evitar que todos, governo e partidos aliados, sejam vítimas fatais de uma guerra de personalidades. Isso no que tange às consequências políticas, porque, no que diz respeito às denúncias que os dois trocaram entre si, já se faz a análise de que cabe a eles resolver isso junto ao Senado e ao Ministério Público.

Inicialmente, o Planalto imaginava que as coisas iriam esfriar com a nomeação dos novos ministros da Previdência e das Minas e Energia e o acerto com o PFL que, por sua vez, trataria de se acertar internamente com Antonio Carlos. Ao mesmo tempo, Jader Barbalho e o PMDB cuidariam de administrar as respostas às acusações de que é alvo o presidente do Senado.

Ninguém contava com a reação de Jader que, insatisfeito com a nomeação de Roberto Brant, amigo de ACM, para a Previdência, resolveu declarar-se “disposto a tudo”, propondo a instalação de comissões parlamentares de inquérito a torto e a direito. Antes mesmo do Planalto, quem acusou o golpe foi o próprio PMDB, partido que acabou de sair de uma vitória e viu-se diante da perspectiva de uma derrota junto ao presidente pela crítica frontal a uma decisão dele.

Entre os pemedebistas, o sentimento é o de que o presidente do Senado pretendeu dar um salto tríplice sem rede – esta é a expressão literal que está sendo usada – e quer que o partido e o governo saltem juntos. Nenhum dos dois, obviamente, está disposto à aventura. A proposta do senador pemedebista soou especialmente mal porque, como todo mundo sabe da impossibilidade concreta de que as CPIs ganhem realmente materialidade, fica parecendo que estão todos empenhados na verdade em fazer uma blindagem em torno de Jader usando a ameaça para arrefecer os ânimos em geral e a disposição de Antonio Carlos em particular.

A complicação se instala de vez, porque Jader não está para o PMDB como ACM está para o PFL. É um aliado e, ao mesmo tempo que não pode ser jogado às feras, não pode também receber passe livre para que jogue todos aos leões.

E como as reconciliações não estão no horizonte das soluções, ontem, por mais reuniões que se fizessem, por mais telefonemas que se trocassem, os integrantes do primeiro escalão dos partidos e da área política do governo não sabiam por onde caminhar.

Ficou mais ou menos acertado que a bola, então, estaria com o comando do PMDB que ficou com a incumbência de apresentar uma proposta de paz até hoje, estourando amanhã. Tarefa de difícil solução, entre outros motivos porque, além de atender às conveniências políticas da aliança partidária, precisa principalmente corresponder às expectativas da opinião pública que não aceitará nada que guarde leve semelhança com uma operação abafa.

Dono da história

Saudabilíssimas as decisões de extinguir a Sudam e a Sude ne e fazer uma intervenção no DNER. A questão fundamental, nestes casos, não é essa. Ou melhor, não é só essa.

O que foge à compreensão – ou pelo menos à compreensão pautada pelos critérios de improbidade alegados para justificar as razias – é a razão pela qual seis anos de governo Fernando Henrique Cardoso depois, ainda sobrevivem essas estruturas não apenas arcaicas, mas absoluta e reconhecidamente fisiológicas.

O candidato Fernando Henrique já as criticava e o presidente – o eleito e o reeleito – continuou não apenas criticando como condenando todas as três. A demora na decisão, portanto, só é explicável pela cessão dos direitos presidenciais de acabar com elas, aos interesses dos partidos que o apóiam.

O instrumental ao exercício da má política que fornecem nunca foi condizente com o discurso modernizador daquele que assumiu o governo, pela primeira vez em 1995, decretando que o fisiologismo estava morto.

Soam pouco convincentes as justificativas de que só agora chegaram a termo as investigações que fundamentam a decisão, a não ser pela confissão de que os mecanismos disponíveis do governo para desvendar sua própria burocracia, são de ineficiência abissal.

Sejam quais forem os motivos que levaram o presidente da República a permitir convivência tão longa entre o afastamento do Estado de determinadas áreas e a permanência de instrumentos estatais para uso particular, o resultado foi a perda da oportunidade de ficar dono da iniciativa.

Para a História – e esta a maior ironia da história – passará que foi o combate do senador Antonio Carlos Magalhães o que pôs fim à Sudene, Sudam e DNER.

E ninguém ouvirá os reclamos de que é uma injustiça.

Procura-se

Depois da entrada em cena do ministro Pedro Malan defendendo a antecipação do debate sucessório, os estrategistas do Planalto procuram um nome para substituí-lo, daqui a alguns dias, na condição de candidato preferencial à cadeira de FH.

Enquanto isso, o ministro José Serra trabalha no bastidor.